

**REPRESENTAÇÃO SOCIAL DA MULHER NEGRA: UMA ABORDAGEM
CONCEITUAL DE RAÇA E RACISMO
SOCIAL REPRESENTATION OF BLACK WOMEN: A CONCEPTUAL
APPROACH TO RACE AND RACISM**

Hellen Diane Borges da Silva
Universidade Federal do Tocantins

Juliano Casimiro. de C. Sampaio
Universidade Federal do Tocantins

Resumo: A seguinte pesquisa propõe um estudo sobre a abordagem conceitual das noções de raça e racismo. Dada a área em que se insere, iniciaremos por mostrar como o tema se apresenta na literatura pesquisada. A expectativa é que o amadurecimento da concepção feminista negra brasileira decifre alguns enigmas de classe, raça e gênero, que ameaçam a dignidade de mulheres negras e brancas.

Palavras-Chaves: Representação da Mulher; Raça; Racismo.

Abstract: The following research proposes a study on the conceptual approach to the notions of race and racism. Given the area in which it is inserted, we will start by showing how the theme is presented in the researched literature. The expectation is that the maturing of the Brazilian black feminist conception will decipher some enigmas of class, race and gender, which threaten the dignity of black and white women.

Keywords: Representation of Women; Race; Racism.

Submetido em 24 de fevereiro de 2024.

Aprovado em 20 de dezembro de 2024.

1 UMA ABORDAGEM CONCEITUAL DE RAÇA E RACISMO

Dada a área em que se insere esta pesquisa, iniciaremos por mostrar como nosso tema se apresenta na sociedade brasileira. Ser mulher e negra no Brasil é desafiador, pois são impostos a nós, desde nosso nascimento, cor para vestir e significados da cor da pele, regras, formas, destino... Quando ousamos ser mulher e ser negra, ser no sentido de ter consciência e explorar a amplitude de nossa existência, essas imposições nos colocam contra a parede, e o cenário muda totalmente. Nos tornamos alvos declarados e explícitos, e não mais alvos encobertos por discursos enganadores sobre democracia, inclusão e respeito. E utilizar a palavra-alvo aqui não é sem propósito. Pelo contrário, é para

demarcar o território violento sobre o que tratamos: feminicídios em geral e o caso de Marielle Franco em particular.

A situação da mulher negra na sociedade brasileira é um espelho direto da maneira como as classes sociais são estabelecidas e das sub hierarquias que existem em cada uma das classes: gênero, idade, raça, formação etc. No Brasil, o racismo e a questão de gênero estruturam de modo significativo a pirâmide social. A mulher negra se situa na base dessa pirâmide e na base das subpirâmides que poderíamos traçar para cada classe social específica. Como consequência do sexismo e do racismo, as mulheres negras foram sentenciadas a diversas circunstâncias desumanas de exclusão, exploração e marginalização social, em diferentes contextos geográficos, históricos e cronológicos.

Desde esse rol histórico-social, estudos acerca do feminismo deram origem a diversas inquietações no contexto das relações étnicas, além das desigualdades de gênero. As mulheres passaram a ser também percebidas a partir de perspectivas que apontam narrativas e práticas de subalternização para se adaptarem a uma sociedade ocidental (para focar no Brasil) branca, heterossexual e, de preferência, cristã, em contextos profissionais e domésticos. Mais, pontualmente, quando analisamos a condição da mulher negra nessa mesma sociedade, podemos afirmar que:

O sexismo e o racismo atuando juntos perpetuam uma iconografia de representação da negra que imprime na consciência cultural coletiva a ideia de que ela está neste planeta principalmente para servir aos outros. Desde a escravidão até hoje o corpo da negra tem sido visto pelos ocidentais como o símbolo quintessencial de uma presença feminina natural orgânica mais próxima da natureza animalística e primitiva (HOOKS, 1995, p. 465).

Isso significa que o sexismo e o racismo equiparados configuram, por meio de imagens e símbolos, a mulher negra como aquela que é predestinada a servir os(as) outros(as). Vale ressaltar que a história colonial foi demasiadamente cruel e violenta com as mulheres negras no que tange a fatores sexuais, físicos e psicológicos. Desde então, os princípios raciais, morais e de gênero historicamente hegemônicos se perpetuam mantendo as mulheres negras em condições de vulnerabilidade. E essas vulnerabilidades são de muitos tipos, como: maior índice de analfabetismo; maior probabilidade de se tornar vítima de feminicídio ou homicídio se comparado à mulher branca; e maior número de ocupação em empregos com condições precária, subempregos e situações de desemprego.

Nós, mulheres negras, nascemos em uma sociedade coordenada por pessoas brancas; somos pressionadas a admitir uma máscara identitária branca; nós nos formamos em escolas e universidades feitas para e por brancos; somos o tempo todo direcionadas a religião de e para brancos; claro que há contextos de exceção sobre o que poderíamos escrever, mas são exatamente isso: exceções. Não há equidade social quanto a espaços para/de/por pretas e pretos que recebam a mesma valoração social do que aqueles para/de/por brancas e brancos. A partir disso, negras e negros precisam se adaptar a esses espaços (brancos), na maioria das vezes, cheios de preconceitos e agressões. A exemplo disso, temos diariamente mulheres que sofrem violência de todas as naturezas, mulheres (negras, na maioria das vezes) que cuidam dos filhos de outras (mulheres brancas, geralmente), enquanto os delas são deixados de lado. Precisamos de muitos espaços (todos) para que possamos ser mulher e preta não na cama do seu senhor, não na senzala, não submissa aos modelos (eurocêntricos), mas ser negra no universo.

[...] as mulheres negras sempre trabalharam mais fora de casa do que suas irmãs brancas. O enorme espaço que o trabalho ocupa hoje na vida das mulheres negras reproduz um padrão estabelecido durante os primeiros anos de escravidão. Como escravas, essas mulheres tinham todos os outros aspectos de sua existência ofuscados pelo trabalho compulsório. Aparentemente, portanto, o ponto de partida de qualquer exploração da vida das mulheres negras na escravidão seria uma avaliação de seu papel como trabalhadoras (DAVIS, 2016, p. 24).

Diante disso, é fundamental o estímulo de política pública não apenas de inclusão da mulher e, damos ênfase, da mulher negra em práticas públicas e de conquista de melhores condições de vida, mas de construção de espaços e condições de continuidade da mulher negra neles, de modo saudável física, psicologia, social e economicamente sustentável. A título de exemplo, por muito tempo, apenas os homens conseguiam acesso à educação, especialmente os que não eram pardos e algumas pouquíssimas mulheres de famílias abastadas e quase sempre brancas. As mulheres em geral seguiam privadas do acesso à educação e, portanto, ao universo literário. Para a mulher adentrar o contexto literário (para dar ênfase ao campo em que se insere esta dissertação), teve que enfrentar e romper diversos tabus e preconceitos.

A condição de subordinação da mulher brasileira, numa sociedade patriarcal, de passado colonial, tal como noutros países da América Latina colonizados por europeus, deixou as suas marcas. Talvez a mais

evidente delas seja a do silêncio e a de uma ausência, notada tanto no cenário público da vida cultural literária, quando no registro das histórias da nossa literatura (GOTLIB, 2005, s/p)¹.

A organização da sociedade brasileira, desde a exploração do território pelos europeus, com seu modelo patriarcal, bem como fatos históricos, dentre eles a escravidão e o fortalecimento do cristianismo, e o sistema econômico vigente, favoreceram que durante séculos, os homens se empenhassem em determinar a identidade feminina por meio de seus discursos, práticas e agendas políticas. Ou seja, éramos uma figura refletida no espelho de homens. Figura essa que estava relegada, por exemplo, no princípio do século XIX, a uma rigorosa indigência cultural.

Entretanto, diferente dos séculos anteriores, o século XX marca o começo de certa organização de mulheres, que reivindicam em alto e bom tom o direito ao voto, à expansão do âmbito de trabalho, ao curso superior, pois não desejavam mais estar restritas a certas profissões. Queriam o direito de trabalhar, por exemplo, nos hospitais, nos comércios, nas indústrias, entre outros. Ainda, no final daquele século, conforme a revolução sexual foi sendo integrada à vida rotineira, as bandeiras feministas se tornaram militância contra o patriarcado que estrutura/ou a sociedade, suas narrativas e escritas. Na esteira do exposto, segundo Cunha (1999, p. 17):

Os movimentos das mulheres, bem como os de negros, índios, homossexuais, africanos e outros assumiram a retórica da ruptura, investindo na derrubada das hierarquias, sobretudo a das distinções de gênero como construção discursiva, diversamente do divulgado processo natural, que privilegiava a condição anatômica da divisão entre os sexos. Os movimentos feministas empenharam-se na valorização das margens, em relação a onipotência do centro que, regido pela lógica binária, concedeu todas as prerrogativas ao polo masculino, destinando a mulher a alteridade submissa e alienada.

Essas organizações que emergiram naqueles contextos, entremeavam os modelos socioculturais vigentes, desprendendo-nos de alguns suportes canônicos do passado, expandindo o fundamento social, rumo a um mundo mais responsável e cuidadoso. É relevante pensar sobre a posição que a mulher exerce na sociedade contemporânea. A mulher atual está testando um método de intensa e total transformação em papel de luta e conquista do sujeito feminino (pessoa mulher). É o mais novo panorama que se

¹ GOTLIB, Nádía Battela. **A literatura feita por mulheres no Brasil**. Disponível em http://www.amulhernaliteratura.ufsc.br/artigo_nadia_gotlib.htm acesso em 23.03.2021.

incorpora na narrativa feminina, na sociedade, transformando seu estado social, redefinindo sua trajetória e fala. Mas, ainda hoje, vivemos as consequências violentas das histórias que nos antecedem. Vejamos:

Pontualmente, quando tratamos de mulheres negras, precisamos atentar para o fato de que desde sempre a mulher negra foi tratada como um mecanismo de capital econômico. Processo que se iniciou na época da escravidão. Essas mulheres eram escravizadas, violentadas e cruelmente desumanizadas, sendo invisibilizadas, ignoradas e até mesmo anuladas em relação à condição humana (alienidade²). Eram absurdamente comparadas a animais e oprimidas na maioria do tempo da vida delas. Um espelho dessa situação pode ser tomado por meio da literatura, na qual, várias vezes, a personagem negra/negro é representada, de uma maneira negativa, sendo mostrada em estereótipos como ladrão, intelectualmente incapaz, sem destaque e sem oportunidade na vida social e profissional.

Esse silenciamento acontece tanto na literatura quanto na sociedade. Nesse caso, não é considerado apenas silenciamento, uma vez que se tem um processo caracterizado como invisibilidade, como algo que deve ser ignorado, deve ser desprezado, diminuído e visto até mesmo como anulação da condição humana. Um silenciamento desumanizador, que considera o homem negro como um ser animalizado, homem viril, sexualmente dotado. Ou a mulher, que é associada ao carnaval, ao sexo violento no sentido de voluptuoso. Portanto, existe algo além do silenciamento, pois em alguns casos eles ou elas são objetificados(as), e em outros animalizados(as). Nesses casos, não tem como falarmos de silenciamento se estamos desumanizando a figura masculina ou feminina. Só há silêncio (e silenciamento) possível para quem é visto como passível de fala.

É notório que a violência contra as mulheres na contemporaneidade tem aumentado e, infelizmente, o feminicídio tornou-se algo normal no cotidiano das pessoas, na vida de inúmeras mulheres que sofrem esse tipo de violência. As agressões domésticas sempre existiram, nós sabemos. Mas, atualmente, não se trata apenas da persistência desse tipo de violência, o que já seria muito grave, mas também do aumento do número de casos, em decorrência do isolamento social, resultado da pandemia provocada pelo Coronavírus, o Sars-Covid19, desde março de 2020. Essa violência, conforme explica Costa, et al (2015, p. 552):

² Sobre a noção de alienidade sugerimos a leitura do texto: GUSMÃO, Neusa Maria Mendes. Antropologia, Estudos Culturais e Educação: desafios da modernidade. *Pró-Posições*, 19 (3), dez 2008.

[...] pode se manifestar como doméstica familiar; compreendendo a violência física, psicológica, sexual, patrimonial e moral, ou de forma de exploração sexual, assédio sexual no trabalho, assédio moral, tráfico de mulheres, ou ainda, no plano institucional.

Nesse contexto, qualquer que seja o ato de violência de gênero que resulte em prejuízo ou sofrimento, seja físico, sexual, psicológico, à pessoa que se identifica como mulher, pode ser estabelecido como uma violência praticada de um sexo contra sexo oposto, do homem contra alguém que não se identifica como homem, em especial, contra alguém que se identifica como mulher.

Como já apontamos, violência de gênero, silenciamento e subalternidades, historicamente, construídas e sustentadas estão intrinsecamente relacionados. Spivak (2010, p. 67) faz uma observação importante sobre a questão da subalternidade do sexo feminino. Ela afirma³ que, “se no contexto da produção colonial, o sujeito subalterno não tem história e não pode falar, o sujeito subalterno feminino está ainda mais em profundamente na obscuridade”.

Um fator marcante na história da desigualdade entre gênero masculino e feminino é a sensação de superioridade e autoridade masculina. A mulher sempre foi vista como uma pessoa frágil e sem voz diante da sociedade e da família. Decorre disso que as mulheres eram proibidas de trabalhar, pois tinham seus deveres de casa e seus maridos e famílias para cuidar, não como uma opção, mas sim como condição da sua existência, como parte da natureza feminina, a partir do que se justificavam muitas das agressões que elas sofriam. Portanto, deveriam se conformar e até mesmo agradecer por terem condições de “exercer seu papel de mulher”.

Ainda, muitas vítimas de agressão doméstica encaravam (e ainda encaram por outras razões) conflitos para se separarem dos agressores, sobretudo porque o divórcio era proibido pela Constituição Brasileira anterior a 1977. Mesmo após a legitimação do divórcio, a mulher que se divorciasse era malvista na sociedade. Em suma, tinha a sua imagem destruída, aquela que era valorizada positivamente pela sociedade, claro.

³ No Brasil o cenário do Coronavírus foi extremamente doloroso todos e todas. Quando referimos a violência doméstica, vale ressaltar que, o crescimento foi de grande intensidade. O atendimento no 180 teve 9.842 ligações registradas em abril 2020, comparando com 2019 que teve 7.243 ligações, o que confirma um grande aumento de 35,9%. Fonte: <http://www.periodicos.uem.br/ojs/index.php/CiencCuidSaude>. Acesso: 29.07.2020.

Essa denominação da mulher como “o sexo frágil” é uma herança cultural que o patriarcado imprime tanto sobre as mulheres pretas quanto sobre as brancas. Entretanto, essa tornou-se uma pauta muito mais presente entre as mulheres brancas do que entre as negras. Como afirmam Vargas e Wambier (2016, p. 9):

Desmistificar a representação da mulher como sexo frágil, não é uma das preocupações do movimento das Mulheres Negras, pois depois de passar por tantos abusos, no decorrer da sua História, nunca foram vistas como seres frágeis, que precisam ser protegidas pelo gênero masculino. Essa característica é formada a partir da representação da mulher branca, da elite e relacionada ao ideal de pureza, delicadeza e fragilidade.

As imagens são peças simbólicas das histórias vividas, de costumes, estilos e manifestos da vida cotidiana das pessoas. Por isso, naquele contexto, as mulheres faziam de tudo para preservarem sua imagem, sua reputação, pois uma vez “manchada”, a sociedade tratava-as com indiferença e classificava-as como um ser sem dignidade. Muitas eram jogadas nas sarjetas. Quem organizava a imagem da mulher na sociedade eram os homens. Disso emergiram teorias, comportamentos, histórias reais e ficcionais etc. Por muito tempo não se considerou a possibilidade de organizar discursos e teorias a partir da experiência da mulher, sua dimensão cultural, descartando a ideia de vê-las apenas pelo aspecto de conformação biológica. E, como afirma Hollanda (1994, p. 44):

Uma teoria baseada em um modelo da cultura da mulher pode proporcionar, acredito eu, uma maneira de falar sobre especificidade e a diferença dos escritos femininos mais completo e satisfatório que a teoria baseada na biologia, na linguística ou na psicanálise.

Em suma, o patriarcado, e o machismo que ele estrutura, está enraizado socialmente de maneira a reprimir comportamentos de mulheres em muitas esferas públicas e de garantir legitimidade social para agressões na esfera privada, desde uma ilusória natureza submissa e cuidadora da mulher. Associado a isso, tem-se, em alguns casos, uma suposta liberdade no que refere a limitações de comportamento das mulheres, que pode levá-las à ilusão de que não são oprimidas como tantas outras o são. Uma vez mais, esse pode ser o caminho da exigência de gratidão e consequente submissão. É nesse sentido que se faz necessário que nos articulemos contra a opressão e a naturalização da representação social das mulheres e da discriminação das mulheres negras.

A violência de gênero ignora fronteiras entre as classes sociais, entre países desenvolvidos, entre contingentes étnico-raciais distintos, entre a cultura ocidental e a cultural oriental etc. Embora a violência de gênero encontre-se sob a tutela do Estado, ela é de responsabilidade social e deve ser denunciada por todos os cidadãos. A Constituição Federal especifica, no § VIII do artigo 226, as funções do Estado no que tange à garantia de relações harmoniosas no seio da família (BIJOS, 2004, p. 113).

Não nos restam dúvidas de que essa ideologia dominante se refere à restrição naturalizada no dia a dia das mulheres, uma realidade fora do alcance e não mutável pela diligência humana. Uma opressão recorrente e politizada. Ou seja, essa opressão social está relacionada a uma opressão de origem política. Delphy (1984, p. 23) afirma que

O renascimento do feminismo coincidiu com o uso do termo "opressão". A ideologia dominante, ou seja, o senso comum, a fala cotidiana, não fala de uma opressão, mas de uma "condição feminina". Remete a uma explicação naturalista: a uma restrição da natureza, uma realidade exterior fora do alcance e não modificável pela ação humana. O termo "opressão", ao contrário, remete a uma escolha, uma explicação, uma situação que é política.

Além disso, vale ressaltar que o uso desse termo é importante, pois situa a luta feminista em um panorama político radical. Nos Estados Unidos, como outras partes do mundo, o feminismo não surgiu das mulheres que são mais vitimizadas pela opressão machista, das mulheres agredidas todos os dias, mental, física e espiritualmente - as que são impotentes para mudar sua condição na vida. Essas mulheres eram silenciadas. Era naturalizado para elas a condição de aceitarem ser silenciadas, como sina das suas vidas, sem questionamento visível e organizado, sem fúria e protesto, tanto individual quanto coletivamente.

O feminismo, portanto, surgiu das mulheres que eram menos oprimidas. Evidentemente, mulheres brancas, pois eram consideradas pessoas que tinham mais visibilidade na sociedade e nos movimentos feministas. Ou seja, geralmente eram mulheres brancas que dominavam discursos feministas. O que se construiu, então, no movimento, foi certa supremacia branca como método de luta e resistência. Nesse sentido, o feminismo também sofreu muito tempo com a supremacia racial, da raça branca, óbvio.

Isso nos leva a afirmar que tanto nossas leis e nossas instituições, como boa parte dos movimentos de resistência e luta social, estão construídas e sustentadas sobre a

perspectiva patriarcal e branca, de modo que os que lutam contra as desigualdades raciais precisam enfrentar uma extensa trajetória histórica de ações de supremacia patriarcal e racial que se encadeiam a importantes mecanismos que as explicam e justificam, e, que, de alguma forma, se mantêm presentes e incorporados à cultura de muitos países. Sabe-se que essa supremacia racial, com que a maior parte das pessoas consente, mesmo que irrefletidamente, certifica erroneamente a superioridade de uma raça sobre as outras.

Dessa forma, muitos debates ainda ignoram os métodos e meios que possibilitam projetar as diferenças de necessidade e histórias para populações diversas, desde uma análise interseccional. Enquanto isso, os resultados da supremacia racial, de forma silenciosa, destroem e matam esperanças e sonhos de diversos jovens e mulheres. As ações sociais relacionadas à ideia de supremacia racial têm modificado bastante, mas ainda permanecem, ou seja, não desapareceram. Na contemporaneidade, é evidente as desigualdades raciais na renda, nas oportunidades de emprego e na educação. Além disso, são as pessoas negras, as mulheres negras, especialmente, que permanecem no sofrimento e humilhações cotidianas e a lutar contra as condutas racistas e sexistas identificadas em diversas camadas da nossa cultura, incluindo o grupo escolar e universitário das pessoas.

Além do aspecto do patriarcado e da invisibilização de uma possível perspectiva de teoria e história baseadas na cultura da mulher, precisamos considerar ainda o poder exercido pelo conceito de raça, igualmente criado e sustentado por homens, que nos ajudará a desembocar no nosso interesse pelo feminicídio. Deixo explícito aqui, que uma das nossas preferências na pesquisa é ir pelo viés que desnaturaliza, que revoga a naturalização da noção de raça, por se tratar de um “conceito que denota tão somente a uma forma de classificação social, baseada numa atitude negativa frente a certos grupos sociais, e informada por uma noção específica de natureza, como algo indeterminado” (GUIMARÃES, 1999, p. 9).

Criado na Europa e adotado pela intelectualidade brasileira, o racismo é considerado uma teoria pseudocientífica que “tenta justificar as diferenças sociais e culturais que legitimam a exclusão racial em termos de distinções genéticas e biológicas” (Hall2003b, p. 166). A teoria das raças passou a ser um pretexto para a disseminação de um racismo doutrinário fundamentado na diferenciação biológica de traços morfológicos e fenótipos como a espessura dos lábios e nariz, cor de pele e textura do cabelo.

Apesar de que a percepção de raça até então evidencie sentidos flutuantes, foi desestruturada enquanto particularidade biológica por muitos teóricos sociais e pode ser

compreendida atualmente como uma “construção discursiva”. Conforme Hall (2003b, p. 45), “raça se assemelha mais a uma linguagem de constituição biológica”. Dessa forma, o conceito de raça é considerado como um sistema de classificação abstrata elaborado baseado em valores sancionados por ações que criam um certo sentido. Vale ressaltar que a abstração foi estabelecida pelos europeus com fundamento de tática política, para determinar supostas diferenças biológicas que hierarquizavam raças humanas, favorecendo e justificando processos de dominação.

Achile Mbembe (2014, p. 16) certifica que raça é discurso, e é, dessa forma, como criação ideológica, que opera como ‘dispositivo de segurança’. Refere-se a “um mecanismo de divisão e organização de grupos de populações, cujos sujeitos são divididos hierarquicamente, com o objetivo de fixar limites de circulação e ocupação, garantindo a segurança dos povos dominantes”. A raça enquanto criação biológica assim, movimenta-se como tecnologia de dominação branca, baseada na criação discursiva do ‘Outro’ - “como objeto intrinsecamente ameaçador, do qual é preciso proteger-se, desfazer-se, ou que, simplesmente é preciso destruir, devido a não conseguir assegurar o seu controle total”, de modo que a dominação branca e a submissão preta seriam partes complementares dos resultados de certo merecimento natural e biológico de determinada condição humana (branca) em relação à animalidade de outra parte da população (preta).

A partir de que, a pobreza, por exemplo, poderia ser entendida como fruto de uma personalidade racial, e não como decorrência da desigualdade social. “O mito da *meritocracia*, alinhado ao mito da *democracia racial* são os principais instrumentos utilizados para neutralizar a existência de um sistema de dominação racial que se beneficia da condição subalterna de pessoas negras” (WATSON, 2020, p. 25). A *meritocracia* como propagação inclui mais um falso discurso democrático e de igualdade social.

1.1 RACISMO E SEXISMO: PERSPECTIVA INTERSECCIONAL

Embora a categorização de indivíduos em raça e etnia seja um tanto quanto utilizada para diagnósticos e pesquisas, seus significados são diariamente confundidos e desconhecidos tanto no meio acadêmico, quanto na sociedade em si. Geralmente, é bem aceito na assistência médica, o uso da raça como uma característica diferente tanto na população quanto nos sujeitos. No passado, o uso do termo raça como característica soava

como atitude preconceituosa. Já, atualmente, o seu uso é defendido precisamente como importante aprimoramento de conhecimento e até mesmo de pesquisa.

O termo raça está relacionado, biologicamente, a um conceito aplicado aos subgrupos de uma espécie. Já etnia origina-se do termo grego *ethnose*, que significa gente ou nação estrangeira. É um conceito que se refere à identidade de um sujeito, seja por parentesco, religião, aparência física ou nacionalidade. Conclui-se, desse modo, que raça determina um grupo por característica biológica, enquanto etnia discorre sobre aspectos culturais.

Há grande controvérsia sobre a etimologia do termo *raça*. O que se pode dizer com mais segurança é que seu significado sempre esteve de alguma forma ligado ao ato de estabelecer classificações, primeiro, entre plantas e animais e, mais tarde, entre os humanos. A noção de *raça* como referência a distintas categorias de seres humanos é um fenômeno da modernidade, que remonta aos meados do século XVI (SILVIO DE ALMEIDA, 2018, p. 19).

Naquele contexto, a raça era estabelecida como uma forma fixa, inerte. Sua essência está inexoravelmente ligada a um contexto histórico no qual era utilizada. Por trás do conceito de raça há sempre circunstâncias específicas, atritos, poder e decisão, de tal forma, que procede de uma visão relacional e histórica. Além disso, a narrativa histórica da raça ou das raças é também uma narrativa da constituição política e econômica da atualidade. A partir da situação histórica, por volta do século XVI, é que foi estabelecido um sentido específico à compreensão de raça.

Falar de como a ideia de raça ganha relevância social demanda a compreensão de como o homem foi constituído pela filosofia moderna”. [...] é “um dos produtos mais bem acabados da história moderna e que exigiu uma sofisticada e complexa construção filosófica” (SILVIO DE ALMEIDA, 2018, p. 20).

Podemos considerar que raça, por sua estrutura histórica, implementa duas dimensões concisas que se unem e se agregam. Primeiro, a raça como característica biológica, na qual a identidade racial será designada a partir de traços físicos, como por exemplo, a cor da pele. E em segundo, a raça como atributo étnico-cultural, no qual a identidade será relacionada à origem geográfica, como por exemplo, a língua, a religião ou outros hábitos. Desde esses dois traços nocionais, corrobora-se com Frantz Fanon (2008), ao afirmar que a partir da Antropologia, no século XX, emerge um grande esforço

de demonstrar a autonomia das culturas e a inexistência de determinação biológica ou cultural.

Na contemporaneidade, tanto a antropologia, no sentido apresentado por Fanon, quanto a biologia, a partir do mapeamento do genoma, testemunham que não há diferença biológica ou cultural que justifiquem um tratamento discriminatório entre humanos. Ou seja, a noção de raça ainda é um elemento político relevante, usado para naturalizar a desigualdade, legitimar a segregação e o genocídio de um povo socialmente minoritário. Por conseguinte, na atualidade, a raça se preserva como questão social, pelo fato da marcada presença do racismo diário por muitas pessoas e, por ser, como afirma Guimarães (1999, p. 9): “Um conceito que denota tão somente a uma forma de classificação social, baseada numa atitude negativa de frente a certos grupos sociais, e informada por uma noção específica de natureza, como algo endeterminado”.

Assim sendo, raça é uma ideia criada, que afeta, inclusive, a literatura brasileira. Por muitos anos e em muitos casos atuais, personagens afrodescendentes são compostas sob a ótica de estereótipo da escravidão. Um fato importante para uma análise interseccional da luta contra o racismo na literatura é que, no decorrer dos anos, algumas mulheres negras começaram a escrever seus livros, sem que sofressem com o branqueamento e a invisibilidade. Segundo Bell Hooks (2015, p. 197), “o sexismo, como sistema de dominação, é institucionalizado, mas nunca determinou de forma absoluta o destino de todas as mulheres nesta sociedade. Ser oprimida significa ausência de opções”.

Vale ressaltar que raça e racismo são diferentes. A raça é considerada uma divisão tradicional e absolutista dos grupos humanos, estabelecida pela união de caracteres físicos hereditários como (formato da cabeça, tipo de cabelo, cor da pele etc.). Kabengele Munanga (2004, p. 25), considera que “o racismo é essa tendência que consiste em considerar que as características intelectuais e morais de um dado grupo são consequências diretas de suas características físicas ou biológicas”. Assim, etimologicamente, a concepção de raça tende a ser recusada por presumir a proximidade cultural de maior importância do que o fator racial. Para Antônio Guimarães a categoria raça é:

Um conceito sociológico, certamente não realista, no sentido ontológico, pois não reflete algo existente no mundo real, mas um conceito analítico nominalista, no sentido de que se refere a algo que orienta e ordena o discurso sobre a vida social (GUIMARÃES, 2008, p. 77).

A problematização da concepção de raça está ligada a hierarquização pseudocientífica, que estipula valorações comparativas entre as chamadas raças: sujeitos de raça "branca" supostamente seriam superiores aos de raça "amarela" e "preta". Logo no princípio do século XX, surge uma tese, a raciologia, que adotou linguagem muito mais doutrinária do que científica. Também pautada nessa matriz da raciologia, na contemporaneidade a concepção de raça não tem nada de biológico, ou seja, é uma concepção impregnada de ideologias, que pré-dispõe a sociedade a práticas que criam e envolvem opressores e oprimidos. A concepção é parte de um arcabouço global da sociedade, encaminhado por meio das relações de poder que a governa.

No Brasil, por exemplo, existe o mito da democracia racial. Essa teoria, embora muito antiga, foi popularizada desde o Brasil pelo sociólogo Gilberto Freyre, em seu livro *Casa-grande & Senzala*. A obra procurou entender o princípio da constituição familiar, tal como os traços que particularizam a população brasileira. Assim que escravizados de outros países, ao tomarem consciência sobre a possível democracia racial que constituía a sociedade (e a família brasileira), tinham desejo de fugir para o Brasil. A pergunta é: Existe democracia racial? Não, pois aqui no Brasil ela perpetua-se como uma (falsa) percepção de qual há efetiva harmonia nas relações raciais e entre raças. E essa percepção histórica e politicamente construída tem por finalidade ocultar o racismo existente. Sílvio de Almeida, em entrevista no Roda Vida, ressalta que "o mito da democracia afasta a possibilidade de discussão da questão racial". Esse mito serviria para dar fim a um provável conflito entre raças, ofuscando pretas e pretos com uma inautêntica impressão de que faziam⁴ parte do corpo social nacional, ao passo que a estrutura de privilégios, que historicamente os discriminou, era preservada.

O racismo é um conjunto de princípios e crenças que definem uma hierarquia entre as raças e entre as etnias; é uma doutrina, um sistema político criado sobre os direitos de uma raça (vista como superior e pura) de controlar outra. Como racismo é considerado um sistema, evidentemente, existe um oprimido e um opressor, estabelecendo uma relação de poder entre eles. Considerando-se que boa parte do racismo se estrutura desde características fenotípicas, quando esbarramos com a palavra "racismo" a primeira coisa que vem à mente é o racismo contra o povo preto.

⁴ [www. Silvio de Almeida. Mito da democracia racial no roda viva.com.br](http://www.silvio.de.almeida.mito.da.democracia.racial.no.roda.viva.com.br)>Acesso<27/06/2022. <https://m.youtube.com>

Além disso, devemos lembrar sempre que ser preto no Brasil é diferente de ser preto em qualquer outro país, pois cada país teve um processo de colonização diferente e integrou de modo diverso a presença do povo preto às dinâmicas sociais, culturais, econômicas e políticas da nação. Na perspectiva capitalista, por exemplo, podemos falar do racismo estrutural, que muitas vezes não se assume publicamente, mas que permeia as práticas sociais diversas. É por meio de símbolos, atitudes individuais e coletivas, crenças e sentimentos injustificados, democraticamente, ideias, ações institucionais discriminatórias e diversos atos cotidianos que o racismo se revela. O racismo está infiltrado entre os significados culturais e linguísticos, assim como no convívio social, que criam, sistematicamente, desvantagens para as pessoas negras, em especial e mais profundamente para as mulheres negras.

Acontece que no nível genético existem menos diferenças do que as proclamadas alternâncias fenotípicas que sustentam os discursos de desprezo da humanidade por determinadas raças. Dessa forma, o olhar retomado para a teoria (especificamente, sobre o racismo) sobre a híbrida e polimorfa população humana aponta raça como apenas uma: a raça humana. Enquanto isso, as teorias que sustentam o racismo estabelecem raças diversas e condicionam as pessoas dentro delas através de recursos de classificação, o que dispõe os privilégios sociais e vantagens políticas e econômicas para umas em detrimento de outras. Uma concepção que seja racialmente crítica deve mostrar a luta contra o racismo, pautado na atividade antirracista que desconstrói a definição e a importância da raça como conceito.

Abordar e questionar a cegueira social sobre o racismo é parte importante do empenho para sermos ou tornarmos-nos gentis e justos com as pessoas, e para reduzir as implicações que a noção de supremacia racial trouxe para a sociedade, em particular para as pessoas pretas. Nessa direção, devemos atentar, como bem nos lembra Arendt (2010, p. 48), que o racismo não é uma ação irrefletida, mas uma ideologia exigida e reproduzida conscientemente:

O racismo, seja branco ou negro, está impregnado de violência por definição por objetar contra fatos orgânicos naturais – uma pele branca ou negra – que não poderiam ser mudados de modo algum; tudo o que se pode fazer, jogadas as cartas, é exterminar os donos dessas peles. O racismo, distinto da raça, não é um fato da vida, mas uma ideologia, e as ações a que leva, não são ações reflexas, mas atos deliberados baseados em teorias pseudocientíficas (ARENDRT, 2010, p. 48).

Diversos indivíduos tentam justificar a atitude dos policiais de importunar constantemente as pessoas negras, apenas por ele ou ela em contextos específicos adentrar no imaginário social a respeito da marginalidade e da periculosidade. Imaginário esse que se sustenta, infelizmente, por traços fenotípicos e ilusórios dados históricos. Uma mesma atitude em um mesmo contexto, que pelo imaginário social, e o poder que ele exerce sobre nossas decisões diárias, culpabilizaria a pessoa negra, não seria considerada suspeita para policiais, por exemplo, se a cor da pele não consolidasse tal ideia. Eis, portanto, um exemplo sobre a complexidade e a dimensão da ideologia racista e seu acirrado alcance no mais íntimo domínio de nossas vidas.

O racismo, assim como o patriarcado e o colonialismo, é um sistema de poder que opera há muitos séculos em sociedade e que, por isso, é difícil de desconstruir, mas, se houver esforço individual ou mesmo por parte dos governos e em especial dos veículos de comunicação, pode sim ser desconstruído. O racismo perpassa mecanismos diversos, afetando as pessoas negras psicológica, cognitiva, moral, social, cultural e economicamente (CAETANO, 2020, p. 11).

Segundo Arendt (2010), a violência do racismo está sobretudo na veracidade deste ao voltar-se contra circunstâncias orgânicas imutáveis da natureza humana. Enfatizamos que uma pessoa negra não consegue deixar de ser negra, quando percebe que sua cor não agrada à grande parte das pessoas. É nessa dimensão que está a central alienação, a insanidade perpetuada pelo racismo. Corroborando Arendt (2010), Stuart Hall (2015) coloca a questão racial no campo do discurso, visto que o preconceito racial se expressa e se desenvolve, sobretudo, da linguagem.

A raça não é uma categoria biológica ou genética que tenha qualquer validade científica. [...] A raça é uma categoria discursiva e não uma categoria biológica. Isto é, ela é a categoria organizadora daquelas formas de falar, daqueles sistemas de representação e práticas sociais (discursos) que utilizam um conjunto frouxo, frequentemente pouco específico, de diferenças em termos de características físicas – cor da pele, textura do cabelo, características físicas e corporais etc. – como marcas simbólicas, a fim de diferenciar socialmente um grupo de outro (HALL, 2015, p. 37).

A percepção de raça e as materializações de seus resultados são importantes para a visão do que intitulamos de contemporaneidade. A noção e as experiências com pessoas de origens e costumes distintos sempre foram frequentes na circulação e contato, tanto na

população da antiguidade como nas comunidades feudais⁵. Todavia, a definição conceitual e a instrumentalização da percepção de raça autorizaram a consolidação da técnica de colonização e neocolonização, assim como exigiram a luta vigente dos processos de descolonização em distintas partes da nação.

Se aprofundarmos a questão, a raça será sempre um complexo perverso, gerador de medos e tormentos, de problemas de pensamento e de terror, mas sobretudo de infinitos sofrimentos e, eventualmente catástrofes. Na sua dimensão fantasmagórica é uma figura da neurose fóbica, obsessiva e, porventura, histérica (MBEMBE, 2014, p. 25).

Foucault (2005), seguindo as considerações sobre biopoder/biopolítica, evidencia que a questão racial foi predominante, sobretudo na categorização e controle das raças ditas degeneradas, através das ações eugênicas no final do século XIX e logo no início do século XX. Dessa forma, não nos deixam dúvidas sobre a garantia dos mecanismos capitalistas e dos denominados Estados Modernos, sedimentados no que o autor trata como racismo de Estado, alterando, totalmente, o exercício das ações raciais.

Com base na consolidação da maquinaria biopoder-biopolítica, o racismo passou a ser um instrumento principal dos poderes, criando uma lacuna entre o que poderia viver e o que poderia morrer, separando as populações, segmentando-as e criando censuras e mortes; estabelecendo uma ideia de que quanto mais deixa morrer, mais viverá.

A crítica da modernidade estará inacabada enquanto não compreendermos que o seu advento coincide com o princípio da definição de raça e da lenta transformação deste princípio em matriz privilegiada de dominação ontem como hoje (MBEMBE, 2014b, p. 6).

Segundo esse pensamento, que também vai ao encontro de Fanon (2008), no que se refere ao terreno criativo, o local fértil (um pensamento crítico e pungente a partir da concepção de novo gênero "um/a preto/a"), temos como atividade imediata o dever de repensar a definição de negro(a), tal como redefinir os diagramas de poder que são elaborados, sustentados e agenciados pela branquitude como forças hegemônicas. Expandindo a atividade de uma visão crítica, é necessário entender a complexa

⁵ Sistema político, social e econômico que se define pela troca de serviços e rendas entre o vassalo (servo) e o senhor feudal (suserano); sistema em que a terra e o direito eram cedidos ao vassalo em troca de serviços e rendas. Fonte: www.dicio.com.br/feudalismo Acessado em 23.03.2021.

estruturação da gramática sociorracial no Brasil e suas ações discursivas racistas e excludentes.

Como afirma Munanga (2010), citado por Lima (2018), p. 76), “o racismo é o crime mais perfeito no Brasil, porque quem o comete acha que está na própria vítima”. A colonialidade à brasileira atribuiu características exclusivas ao racismo, tal como a concepção do que se constitui como o mito da democracia racial, o dominador, o imperativo da miscigenação e o processo de embranquecimento da nação preta brasileira. Essas idealizações configuram um composto semiótico que se concretiza e visibiliza como as ações discursivas racistas são, diversas vezes, silenciosas ou mascaradas.

Evidentemente que a exclusão das mulheres negras e dos negros em geral como autoras/es principais das suas narrativas faz com que elas/es aprendam a omitir, camuflar, rejeitar, sua identidade, ampliando os danos da supremacia racial e do sexismo. É necessário que as pessoas passem a respeitar as diversidades. Que as pessoas entendam que a vida da outra pessoa importa. Que a vida das mulheres negras importa, de fato.

É necessário que os negros e negras estejam em posição de destaque, revelando suas experiências e competências de luta, e possam conquistar o que almejam. Dessa forma, teremos inúmeras mulheres que se orgulharão da sua cor, da pessoa que se tornou, do cabelo maravilhoso que têm, da sua ancestralidade; serão, pois, donas de suas vontades e protagonistas das suas conquistas.

A história da negritude não é uma narrativa de escravidão, e sim uma narrativa descontinuada de negros e negras que tiveram seu protagonismo negado. A camuflagem das narrativas africanas é algo intencional, pois quando os negros descobriram a potência e obtiveram consciência da magnificência das suas narrativas, memórias, feitos e divindades, eles se tornaram mais resistentes e se transformaram ao recorrer aos seus ancestrais. Evidentemente que essa transformação assusta. Por que uma sociedade branca e racista tem receio de que a negritude conheça a si e as suas narrativas? Uma questão de poder, claro!

Apesar disso, o movimento negro e feminista tem se esforçado e lutado bastante para que os afro-brasileiros se apropriem das suas narrativas e construam sua identidade. Segundo Petrônio Domingues (2007, p. 101-2):

O movimento negro é a luta dos negros na perspectiva de resolver seus problemas na sociedade abrangente em particular os provenientes dos preceitos e das discriminações raciais que os marginalizam no mercado

de trabalho no sistema educacional, político social e cultural. Para o movimento negro, a “raça”, e, por conseguinte, a identidade racial, é utilizada não só como elemento de mobilização, mas também de mediação das reivindicações políticas. Em outras palavras, para o movimento negro, a “raça” é o fator determinante de organização dos negros em torno de um projeto comum de ação.

Falar sobre raça, etnia, cultura e representação feminina negra é fundamental para descobrirmos novas experiências e vivências dessas mulheres incríveis. É importante questionar os problemas sociais, culturais e políticos que nos impõem o silenciamento, que nos silencia, que nos oprime. É fundamental que as mulheres negras assumam suas narrativas e que sejam protagonistas de suas conquistas.

A raça como criação materializada em corpos e modos de subjetivação e, sobretudo, de sua intersecção com as esferas de gênero e sexualidade, é fundamental para que haja de forma crítica uma reflexão sobre as maneiras de vida, as provocações, os enfrentamentos vivenciados por mulheres negras nos contextos brasileiros, a exemplo das lésbicas negras. Raça, gênero e sexualidade frisam uma tripla opressão que, ao ser coadunada com demais marcadores de opressões como classe, geração, território, entre outros, reforça os métodos de exclusão. Ao aprofundarmos essas questões, percebemos que a raça é considerada um conjunto impiedoso, causador de pânico, e aflições, de contratempos e de outras coerções, mas, principalmente, de imenso pesar e, possivelmente, catástrofes.

É incontestável que a mulher negra se insere na sociedade vivenciando o peso da dupla discriminação: raça e gênero. Isso para não adentrar aqui no campo etário, que seria outro marcador social de preconceito e sofrimento.

A consciência de que a identidade de gênero não se desdobra naturalmente em solidariedade racial intragênero conduziu as mulheres negras a enfrentar, no interior do próprio movimento feminista, as contradições e as desigualdades que o racismo e a discriminação racial produzem entre as mulheres, particularmente entre negras e brancas no Brasil (CARNEIRO, 2003, p. 10).

O gênero no imaginário social, pela desigualdade que constrói e sustenta, traz embutido em si a violência. Relação está de imaginação e representação entre gênero e violência que necessita ser urgentemente desnaturalizada. É necessário destacar que a opressão sentida pela mulher negra não é mais relevante do que a da mulher branca.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nosso percurso com este texto nos permite considerar agora que o conceito de raça serviu para especificar os seres humanos em raças distintas, e que ao migrar das demarcações da ciência, converteu estruturas sociais, estabelecendo a vã perspectiva de existência de raças inferiores e raças superiores. Além disso, abriu alternativas para o racismo. Para que esse mito fosse superado, diversos defensores sugeriram que fosse eliminada a ideia de raça, mas, ainda assim, essa ideia continua na existência/realidade política e social, condicionando a vida de várias pessoas.

Dado o recorte mais específico da nossa pesquisa, enfatizamos que é necessário alterar a superestrutura social mediante a educação; compreender que o povo africano não se restringe à escravidão e que não há inferioridade em sua cor e cultura. É fundamental incentivar as meninas e meninos negras(os) a se conhecerem e conhecerem ou reconhecerem fatos primordiais indispensáveis para romper o mito de inferioridade de raças.

Referências Bibliográficas

ALMEIDA, Silvio Luiz de. **O que é racismo estrutural?** /Silvio Luiz de Almeida. Belo Horizonte (MG): Letramento. 204p. Direitos humanos-Brasil-Relações raciais. I. Título CDD341.480981. ed. Letramento, 2018.

ARENDT, Hannah. **Sobre a Violência**. Trad. André de Macedo Duarte. 2 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

BIJOS, Leila. VIOLÊNCIA DE GÊNERO: crimes contra a mulher. *C o n t e x t o e E d u c a ç ã o* - E d i t o r a U N I J U Í - A n o 1 9 - n ° 71/72 - J a n . / D e z . 2 0 0 4 - P . 111 – 128.

CARNEIRO, Sueli. Estudos Avançados. **Mulheres em movimento**. São Paulo. Sept/Dec, vol. 17, n° 49, n° 03, 15 de novembro de 2003. Disponível em: <https://www.revistaforum.com.br/2012/02/09/nosso-racismo-e-um14-crime-perfeito/>. Acesso em 24/10/2017. Disponível em: <http://www.iea.usp.br/noticias/racismo-causa-dupla-morte-munanga.15> Acesso em 24/10/2017.

CUNHA, Helena Parente (org.). **Desafiando o cânone: aspectos da literatura de autoria feminina na prosa e na poesia (anos 70/80)**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1999.

COSTA, M.S et Al. **Violência contra mulher: descrição das denúncias em um Centro de Referência de Atendimento à Mulher de Cajazeiras Paraíba 2010 a 2012**. Epidemiologia e Serviço de Saúde. Brasília: Ministério da Saúde. vol. 24, n. 3. P.551-558. 2015.

DAVIS, Ângela, 1944- **Mulheres, raça e classe** [recurso eletrônico] / Angela Davis; tradução Heci Regina Candiani. - 1. ed. - São Paulo: Boitempo, 2016. Recurso digital.

DOMINGUES, Petrônio. Movimento negro brasileiro: alguns apontamentos históricos. **Tempo**, Niterói, v. 12, n. 23, p. 100-122, 2007. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S141377042007000200007&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 15 de outubro de 2017.

GOTLIB, Nádía Battela. **A literatura feita por mulheres no Brasil**. Disponível em <http://www.amulhernaliteratura.ufsc.br/artigo_nadia_gotlib.htm> acesso em 10. Mar. 2005.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Trad. Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. 12 ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2015.

HOLLANDA, Heloísa Buarque. **Tendências e impasses - O feminismo como crítica da cultura/organização** de Heloisa Buarque Hollanda-. Rio de Janeiro:Racco,1994.

HOOKS. Bell. **Mulheres negras: moldando a teoria feminista**. Rev. Bras. Ciênc. Polít., Abr 2015. No 16, p 193-2010. ISSN01033352

GUIMARÃES, Antônio Sérgio Alfredo. **Racismo e antirracismo no Brasil**. São Paulo, Editora 34. 1999.

Watson, Ana Elisa Nascimento. **O teu cabelo não nega: construção discursiva de feminilidades negras em narrativas de transição capilar** / Ana Elisa Nascimento

Watson; orientadora: Liana de Andrade Biar. – 2020. 112 f.: il.; 30 cm. Dissertação (mestrado) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de Letras, 2020.

DELPHY, Christiane (1984).” **For materialista feminism**”, em *Close to home: a materialista analyses of women’s oppression*. Tradução de Diana Leonard. Amherstm University of Massachusetts Press.

GUIMARÃES, Antônio Sérgio Alfredo (1999). **Racismo e antirracismo no Brasil**. São Paulo, Editora 34.

MBEMBE, Achille. **Políticas da Inimizade**. Portugal, Antígona, 2017. _____. *Necropolítica*. São Paulo, n-1 edições, 2018 _____. *Crítica da Razão Negra*. Lisboa, Antígona, 2014.

MUNANGA, K. Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia. **Cadernos PENESB**, Programa de Educação sobre o Negro na Sociedade Brasileira, UFF, Rio de Janeiro, n. 5, p. 1534, 2004.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. **Pode o subalterno falar?** / Gayatri Chakravorty Spivak, 1942-Tradução Sandra Regina Goulart Almeida, Marcos Pereira Feitosa, André Pereira Feitosa. - Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

Vargas, Marcia de; Wambier, Sandro Marlus. **OS DESAFIOS DA ESCOLA PUBLICA PARANAENSE NA PERSPECTIVA DO PROFESSOR PDE**. Versão online. Volume 1. ISBN 978-85-8015-093-3. Paraná Governo do Tocantins.

WATSON, Ana Elisa Nascimento. **O teu cabelo não nega: construção discursiva de feminilidades negras em narrativas de transição capilar**. 112 f.: Dissertação (Mestrado em Letras) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de Letras, 2020.